

LINGUAGEM JURÍDICO-JUDICIÁRIA

(Servidores – Turma 3)

15 de maio de 2009 (sexta-feira)

LOCAL: Passo Fundo - RS

PÚBLICO-ALVO:

Servidores lotados nas Varas do Trabalho de:

**Bento Gonçalves, Carazinho, Cruz Alta, Encantado, Erechim,
Frederico Westphalen, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Passo Fundo e Soledade**

nos SDFs e CMs de:

Bento Gonçalves, Erechim e Passo Fundo

e no Posto da Justiça do Trabalho de:

Nova Prata

A Escola Judicial convida os servidores para o curso de **Linguagem Jurídico-Judiciária – Passo Fundo - Turma 3 - Servidores**, a realizar-se no dia **15 de maio de 2009 (sexta-feira)**, no Anfiteatro de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (Campus I - km 171 - BR 285 - Bairro São José – Passo Fundo - RS).

As aulas serão ministradas pelo Professor **Adalberto José Kaspary**.

As **inscrições** deverão ser efetuadas **somente** no dia **11 de maio de 2009** (veja observações importantes no final da mensagem), respondendo a este e-mail com o **nome do servidor e código do SOF**, ou pelo endereço eletrônico cursosej@trt4.jus.br.

Informações gerais

Data e Horários	- 15 de maio de 2009 (sexta-feira) MANHÃ: das 9h às 12h40min TARDE: das 14h às 17h40min
Ministrante	Prof. Adalberto José Kaspary - É formado em Letras Clássicas (Latim, Português e Grego) e Ciências

	<p>Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - lecionou Linguagem e Expressão em Língua Portuguesa e Língua Latina na UFRGS; - ministra cursos avulsos de Linguagem Jurídico-Judiciária para profissionais do Direito e de Técnica Legislativa para assessores do Poder Legislativo; - é professor de Linguagem Jurídica nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais da 4ª (Porto Alegre) e da 12ª (Florianópolis) Regiões, e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT (Brasília); - é supervisor técnico do <i>Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária</i> do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do <i>Manual de Linguagem Parlamentar</i> da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e do <i>Manual de Linguagem Técnico-Parlamentar</i> da Câmara Municipal de Porto Alegre (RS); - é colaborador, em matéria de linguagem jurídico-forense, da Revista Eletrônica da Escola Judicial do TRT da 4ª Região; - foi co-revisor da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e revisor da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (RS); - é autor, entre outras, das seguintes obras: <i>Português para Profissionais – Atuais e Futuros</i>; <i>Redação Oficial – Normas e Modelos</i>; <i>O Verbo na Linguagem Jurídica – Acepções e Regimes</i>; <i>Habeas Verba – Português para Juristas</i>; <i>Correspondência Empresarial</i>; e <i>Português em Exercícios – Com Soluções</i>.
Carga-Horária	08 horas-aula
Número de vagas	60
Local	Anfiteatro de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (Campus I - km 171 - BR 285 - Bairro São José – Passo Fundo - RS).
Programa Analítico	<p>Linguagem Jurídico-Judiciária (abordagem sistemática e contextual) Objetivos, características e qualidades. Terminologia jurídica: termos e expressões usuais; tecnicização (redefinição semântica) de termos da linguagem comum na linguagem jurídica. Denotação e conotação; ambiguidade/equivocidade x univocidade; limitações ao recurso da sinonímia na denominação de documentos e institutos técnico-jurídicos. O emprego de estrangeirismos (limitações: CF/88, art. 13; CPC, art. 156); os latinismos jurídicos: brocados e expressões usuais – oportunidade de emprego, forma e significado corretos. Os neologismos – requisitos para sua incorporação ao idioma nacional e seu emprego no texto jurídico-judiciário. Vícios e impropriedades recorrentes na linguagem jurídico-judiciária. Estrutura, linguagem e redação de atos jurídico-judiciários usuais (acórdão, sentença, despacho, etc.).</p> <p>Conteúdos Gramaticais e Estilísticos (abordagem sistemática e contextual) Questões gramaticais e estilísticas relevantes no texto jurídico-judiciário: Grafia de termos e expressões; abreviações de expressões e institutos jurídicos usuais (forma correta e oportunidade de emprego – CPC, art. 169, parágrafo único). Morfossintaxe e estilística do verbo: emprego dos tempos verbais na redação jurídico-judiciária; as vozes verbais – aspectos gramaticais e estilísticos; aspectos relevantes de concordância verbal e nominal; regência verbal: regência e significado; regência e crase; regência e significado de verbos usuais na linguagem jurídico-judiciária. - A colocação dos termos na oração; aspectos funcionais de colocação pronominal. - Emprego dos numerais e dos pronomes (demonstrativos e relativos) no texto</p>

jurídico-judiciário.

- Pontuação intra interoracional; pontuação, estrutura e ênfase; pontuações especiais: em textos normativos articulados; em enumerações (exaustiva – *numerus clausus*; exemplificativa – *numerus apertus*; e alternativa); com parênteses e com travessões; em citações e transcrições.

Observações Importantes:

1. **As inscrições serão recebidas a partir das 00h01min do dia 11 de maio de 2009; não serão considerados pedidos anteriores;**
2. Consulte sua chefia imediata antes de solicitar a inscrição, para evitar posteriores pedidos de desistência;
3. Não serão ressarcidas as despesas relativas a transporte dos participantes do curso.

Escola Judicial TRT da 4ª Região

Av. Praia de Belas, 1432 – Prédio III - 2º andar – Porto Alegre – RS

(51) 3255.2683 e 3255.2684